ESCOLA REGULAR INCLUSIVA: PESQUISANDO A INTEGRAÇÃO DOS PLANEJAMENTOS DE PROFESSORES REGENTES E DO PROFESSOR DA SALA DE A.E.E

SORAIA PEREIRA DE SOUZA RUFINO

RESUMO

O presente trabalho apresenta como tema "A escola regular inclusiva: pesquisando a integração dos planejamentos de professores regentes e do professor da sala de A.E.E". O aspecto mais relevante discutido neste estudo foi analisar a relação existente entre o planejamento que o professor da sala de aula regular realiza, juntamente com o professor da sala de atendimento educacional especializado, para os alunos com deficiência intelectual, em uma determinada escola do município de Curitibanos; bem como buscou-se compreender a legislação educacional em relação à educação especial, verificando-se as metodologias, as estratégias e os materiais utilizados em sala de aula, tanto pelo professor regente da sala de aula do ensino regular, quanto o professor da sala de atendimento educacional especializado. A metodologia aplicada direcionou-se ao campo dos estudos qualitativos, realizada a partir de entrevistas com os professores do ensino regular de séries iniciais que possuíam em suas salas de aula alunos com deficiência intelectual, nas quais colheu-se informações necessárias para análise posterior. As respostas das entrevistas foram transcritas e analisadas de acordo com os autores estudados. Como resultado observou-se que a escola ainda está se preparando para responder às diferenças individuais dos alunos, ainda não apresentam um planejamento integrado, que seria muito significativo ao desenvolvimento dos educandos. Este processo vem ocorrendo aos poucos, mas vale dizer que os professores estão interessados em construir uma escola verdadeiramente inclusiva.

Palavras-Chave: Planejamento Integrado; Professores do ensino regular; Professor da sala de Atendimento Educacional Especializado.

1. INTRODUÇÃO

O termo inclusão foi usado em 1990, na Conferência Mundial sobre educação para todos. Essa conferência estabeleceu objetivos que tiveram consequências imediatas para a Educação Especial. Na declaração de Salamanca (ESPANHA, 1994), onde governantes encaminharam critérios para as melhorias educacionais, pensando na inclusão de crianças portadoras de deficiência, e crianças que possuem qualquer dificuldade que as impeçam de frequentar a escola, tais como dificuldades de nível intelectual, social ou econômico.

Com a diversidade da população escolar, obtêm-se um enorme desafio a respeito das diferenças individuais junto a diversificados contextos escolares e múltiplas possibilidades de sala de aula. Libâneo (1998) "vê em cada indivíduo a presença universal e simultaneamente a do particular", desenvolvendo assim, os meios para a permanência do educando na escola, favorecendo-lhe o acesso ao currículo e à aprendizagem.

A inclusão nos dá oportunidade de conviver com as diferenças, e é possível compreender e reconhecer o outro, tendo o privilégio de compartilhar e conhecer experiências com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva aceita todas as pessoas, sem exclusão. Ela é feita para o educando com deficiência física, para quem apresenta comprometimento mental, superdotados, e para todas as crianças que são discriminadas por outros motivos.

Se o compromisso da escola comum é o de difundir o conhecimento universal, seria interessante saber como lidar com o que há de subjetivo nessa construção dos alunos com deficiência. Esse fato demonstra a necessidade de um espaço que não seja clínico, mas com características educacionais.

Para este fim, a Constituição de 1988 prevê "O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência", para o que antes era definido como Educação Especial, e suas formas de intervenção. Em seu Artigo 208, a Constituição determina que esse atendimento ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Com este trabalho pretende-se analisar a relação existente entre o planejamento que o professor da sala de aula regular realiza, juntamente com o professor da sala de atendimento educacional especializado, para os alunos com deficiência intelectual, de uma determinada escola municipal localizada no município de Curitibanos.

Os objetivos específicos são os de compreender a legislação educacional em relação à Educação Especial; diferenciar os níveis de deficiência intelectual, (deficiência intelectual leve, moderada, severa e profunda); identificar a expectativa do professor em relação a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual; verificar o currículo que o professor desenvolve com os alunos; compreender a função da Sala de Atendimento Educacional Especializado; compreender a aprendizagem significativa; bem como, conhecer a real função do planejamento da escola.

Nos ambientes educacionais, o cotidiano do aluno, a orientação dos trabalhos e as atividades são elementos que contribuem para o crescimento e o aperfeiçoamento das

habilidades pessoais do educando.

Nesta pesquisa a metodologia utilizada é o estudo de caso, portanto de caráter qualitativo; e o instrumento de coleta de dados fez-se por entrevista, a qual teve a participação dos professores regentes do terceiro, quarto e quinto anos, do período vespertino; dos quais possuem em suas salas de aula alunos inclusos com deficiência intelectual. Também participam deste processo a professora da sala de A.E.E e da diretora da escola.

2. INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Por muito tempo muitas pessoas acreditavam que pessoas com deficiência intelectual não aprendiam as matérias ensinadas na escola. Diante desses pensamentos é que as crianças só teriam acesso a aprendizagens relacionadas a atividades da vida diária; como autocuidado e segurança, algumas habilidades sociais, de lazer e trabalho supervisionado.

Embora esteja expresso em lei que os portadores de deficiência devem ter atendimento educacional especializado na rede regular de ensino, é certo que o sistema educacional público ainda não oferece tais condições a todos os indivíduos com deficiência intelectual. Mas aos poucos está estendendo-se a todos os necessitados deste atendimento, já que é lei e merece ser cumprida.

A Constituição Nacional decidiu que o direito à educação de portadores de deficiência deverá ser garantido pelo Estado, conforme Art. 208, que diz que, "o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de seu inciso III, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, isto preferencialmente na rede regular de ensino".

Ao refletir sobre o papel da escola para o aluno com deficiência intelectual, também pensamos da importância deste espaço para o desenvolvimento global do indivíduo, seja ele um aluno com necessidades educacionais especiais ou uma criança sem necessidades especiais.

Acredita-se que a escola é uma instituição social que tem como papel primordial permitir o acesso sistematizado dos indivíduos ao conjunto de conhecimentos, teóricos e práticos, construídos e acumulados pelos homens, ao longo de sua história. Como instituição, além de garantir o acesso do indivíduo aos conhecimentos constituídos, a escola tem a autoridade de proporcionar a internalização de deveres e regras que constituem a sociedade mais ampla.

Para Abrantes (1997), a contribuição que o espaço escolar pode oferecer ao desenvolvimento do indivíduo só poderá ocorrer, em sua plenitude, à medida que esse contexto se transformar em um espaço de diálogo entre seus integrantes, possibilitando um processo de contato com o conhecimento construído historicamente, por meio de relações simétricas entre seus membros.

A escola detém, portanto, um importante papel social a cumprir em relação aos membros de uma sociedade, que além de fornecer as informações acadêmicas, constitui-se em um espaço de construção de novos conhecimentos, de cidadania e de desenvolvimento global do indivíduo.

Sendo assim, um dos principais objetivos do processo educacional para o aluno com necessidades educacionais especiais em decorrência de um quadro de deficiência mental deve ser o de promover sua autonomia, desenvolvendo a independência e a criatividade, preparando-os para viver sua vida desenvolvendo seus projetos pessoais junto aos seus pares.

Tem que se levar em consideração ainda, a implementação de estratégias que permitam a representação de papéis sociais por parte dessas pessoas, tendo como referência todo o contexto social, que de acordo com Winnicott (1983, p.98):

A criança em seu processo evolutivo afrouxa os laços da dependência familiar e passa a interagir a sociedade global e apropriar-se da herança cultural, devendo o ambiente provê-la nesse sentido. Mas quando o ambiente é repetidamente insuficiente evasivo, obriga essa criança a reagir e substituir seu gesto espontâneo pela submissão, adaptação e imitação.

A intervenção educacional que antes era centrada na pessoa, ou seja, considerando-se apenas as características individuais e as causas da doença ou da deficiência, agora passa a ser centrada na interação, considerando tanto os fatores internos quanto os externos, resultando no processo educacional.

Os fatores internos podem ser considerados como os hábitos de vida; formas de interação; atitudes e ações; limitações e possibilidades; dificuldades e facilidades; necessidades e desejos; diferenças e semelhanças; especificidades pessoais;

Já os fatores externos podem ser considerados como características do ambiente; condições de inserção social; receptividade/isolamento; preconceitos; obstáculos e impedimentos; avaliações e expectativas; aceitação/discriminação; planejamento global.

A interação social pode ser compreendida como toda e qualquer forma de estabelecer relações com as pessoas e contextos vividos na sociedade, pois "[...] dependemos da natureza. Dependemos de outras pessoas, de nossa comunidade. Estamos, pois, fadados à interação, à troca. Temos que nos adaptar, regular nossas necessidades e pos-

sibilidades de sobrevivência ao que está fora de nós". (MACEDO, 2002, p.125).

É a interação entre esses fatores que resultará em um processo educativo. Para isso, a escola deverá trabalhar junto ao aluno com deficiência considerando o objetivo da sua inserção plena na sociedade.

Para isso alguns fatores devem ser levados em consideração, como o desenvolvimento de atividades significativas, que levam o indivíduo à possibilidade de corresponder às interações sociais, o desenvolvimento das interações sociais, nas suas várias instâncias, com diferentes pessoas para a construção de uma identidade, e o desenvolvimento dos papéis sociais, que resulta na inserção social plena e efetiva do seu sujeito em contexto social.

O convívio no ambiente escolar propicia à criança experiências inéditas em interações sociais, levando-a conviver com novos papéis sociais, estabelecendo novos vínculos afetivos; aprendendo sobre valores éticos e morais; tendo que lidar com regras e compromissos; aprendendo a conviver e interagir em grupo; entendendo quais são seus direitos e deveres; convivendo com as diferenças e as igualdades e aprendendo o respeito pelo outro.

Os conhecimentos das crianças e os seus modos de aprender vão se constituindo na dinâmica das relações sociais. Neste processo vão desenvolvendo tantos esquemas de sobrevivência, quanto esquemas interpretativos da realidade onde estão inseridas. Estes esquemas, então, são resultantes das formas de interação. Assim, "as interações, e a linguagem como interação, são constitutivas do conhecimento" (SMOLKA, 1989, p.46).

Portanto, toda pessoa deve ter garantido seu acesso e permanência com qualidade na escola, independentemente de suas condições físicas, mentais, emocionais ou sensoriais; o único pré-requisito fundamental deve ser o fato de essa pessoa desejar estar nesse ambiente e sentir-se beneficiada por essa convivência.

Nesse sentido, aquelas crianças ou jovens que apresentam qualquer tipo de deficiência (física, mental ou sensorial), ou algum transtorno invasivo do desenvolvimento infantil, ou uma condição de pessoa com altas habilidades, não podem ser privados em seu direito de usufruir de todas as vantagens que a escola tem a oferecer.

Até mesmo porque, antes do direito à escolarização, essas pessoas têm um direito político, humano e democrático maior, o de estarem adequadamente inseridas em seus contextos sociais, como indivíduos participativos e produtivos.

Sabe-se que a inserção social plena e efetiva dos alunos com necessidades educacionais especiais não é uma tarefa fácil e demanda, sobretudo, preparação e capacitação por parte de todos que estarão envolvidos nesse processo.

Acredita-se que a escola comum, em seu contexto social, tem um duplo papel em relação àqueles alunos identificados como sendo educandos com necessidades educacionais especiais. Ela deve constituir-se em uma opção de ambiente social em que esse aluno possa inserir-se e estabelecer inter-relações sociais que fortaleçam e enriqueçam sua identidade sociocultural e que ela deve propiciar uma formação escolar diversificada e completa a esse aluno, de modo a capacitá-lo a realizar uma inserção social adequada nos outros ambientes pelos quais circula.

Em relação à maneira como a escola poderá desempenhar esse duplo papel, considerando o aluno com necessidades educacionais especiais em decorrência de um quadro de deficiência intelectual, onde de fato a instituição só poderá contribuir para a formação global desse aluno, quando a mesma considerá-lo como membro efetivo desse contexto. E, assim sendo, os pressupostos que norteiam para construir uma escola capaz de ser um local promotor de desenvolvimento são os da inclusão escolar.

Uma política de inclusão escolar implica num replanejamento e reestruturação da dinâmica da escola para receber os alunos com necessidades educacionais especiais (Glat 1998). Em relação a essas necessidades de mudanças da escola, todos os estudiosos sobre o assunto são unânimes em afirmar que o fenômeno da inclusão escolar ainda está por ser completamente compreendido em todos os seus aspectos, e que é urgente e necessária a realização de mais estudos e pesquisas sobre o assunto.

E encontra-se, justamente, nesta necessidade de se transformar para poder atender todos os alunos que ali se encontram o grande ganho que a escola comum obtém quando assume uma abordagem inclusivista, na opinião de Mantoan (1997).

Isso porque, a inclusão dos alunos no ensino regular exige da escola novos posicionamentos e procedimentos de ensino baseados em concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas; mudanças nas atitudes dos professores, nos modos de avaliação e de promoção acadêmica; ênfase no aprimoramento da formação em serviço dos educadores.

A inclusão motiva a escola a transformar-se, buscando atender às exigências de uma sociedade onde não admitem preconceitos, discriminações, barreiras sociais, culturais ou pessoais.

A escola, apesar de não ser o único espaço, é o mais apropriado, para promover o aprendizado formal. Porém, o papel que a

escola desempenha não se restringe apenas aos processos formais de ensino e aprendizagem, mas se constitui em um espaço de transmissão e construção de valores sociais e culturais, sendo assim é um espaço onde a desmistificação da deficiência pode ocorrer de forma correta.

É por isso que a presença de um profissional especializado pode acompanhar de forma direta o aluno com deficiência intelectual durante a aula, regulando e orientando o professor na adaptação curricular e metodológica.

Para Freitas (2007, p.339):

É na escola inclusiva que pode ocorrer o aprendizado do respeito às diferenças e a consolidação de uma sociedade mista. Significa que estes alunos possam ser capazes de possuir autonomia diante do conhecimento, construindo socialmente, o que permite condições para exercerem plenamente sua cidadania. Um ensino que leve em conta a aprendizagem parte do princípio de que todos os alunos podem aprender, sendo que alguns podem necessitar algumas adaptações curriculares, fruto da existência infinita de perfis de aprendizagem. Pensando na aprendizagem e nas dificuldades de aprendizagem é possível dialogar com os alunos com necessidades educacionais especiais. O processo de aprendizagem deve ser entendido como sendo muito mais amplo, envolvendo questões afetivas, orgânicas, cognitivas, motoras, sociais, econômicas, político e outras.

Geralmente os deficientes mentais possuem dificuldade para operar as ideias de forma abstrata. É preciso um acompanhamento individual e contínuo, tanto da família, de médicos, como de toda a equipe pedagógica. As deficiências não podem ser medidas e definidas genericamente.

Deve-se levar em consideração o estado atual do indivíduo, ou seja, a condição que resulta da interação entre as características do indivíduo e as do ambiente. Por isso, toda instituição precisa promover instrumentos adequados para que a criança com deficiência encontre na escola um ambiente agradável, sem discriminação e capaz de proporcionar um aprendizado de qualidade, sendo considerado o estado educativo e social de cada aluno.

O objetivo primordial da escola é o ensino e a aprendizagem dos alunos, e está a cargo do docente, neste sentido o professor desenvolverá práticas escolares que permitem ao aluno aprender a ter reconhecidos os conhecimentos que são capazes de produzir, de acordo com suas possibilidades, são práticas de um ensino que se distingue pela diversidade de atividades.

O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não ministra um ensino diversificado e para alguns, ele prepara atividades para seus alunos com ou sem deficiência ao trabalhar em mesmo conteúdo.

Segundo Nascimento (2007, p.47):

Existem alguns pontos que são fundamentais para a inclusão de uma criança com deficiência mental na escola. Essas condições podem ser relacionadas a mudanças estruturais na escola e no currículo, porém o fundamental e essencial são as mudanças atitudinais, ou seja, aquelas que dizem respeito às atitudes das pessoas que estão envolvidas neste processo.

Potencializar a inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular entende-se que só terá os efeitos desejados se essa inclusão tiver como consequência a integração, e se for aceita por toda a comunidade escolar. Sabe-se que os objetivos da inclusão do educando com deficiência intelectual na escola, requer que se trabalhe todo o contexto em que o processo deve ocorrer.

2.1. Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço disponibilizado da Educação Especial, que "[...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008 p.17-18)".

Onde deverá diminuir as barreiras da exclusão, para a participação de todos os alunos, respeitando suas particularidades. Sustentado pela Constituição Federal de

1988, onde o direito à diferença está também previsto na Constituição Federal, artigo 208, prescrevendo que "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino".

E o direito à igualdade de todos na educação está afirmado na Constituição de 1988 (art. 5º.) e trata nos artigos 205 e seguintes, do direito de todos à educação.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (2008).

O A.E.E visa a autonomia e independência dos alunos no espaço escolar e em sua vida na sociedade, pois segundo Santos (1999, p.62), "[...] temos direito à diferença, quando a igualdade nos descaracteriza". O professor ao atender os alunos nas salas de A.E.E, deve atender suas especificidades para que os mesmos participem plenamente do ensino comum.

As atividades planejadas e elabora-

das para o trabalho no espaço do AEE e na sala de aula devem beneficiar-se de processos avaliativos compartilhados e expandidos; incluindo, especialmente, a participação dos profissionais do AEE, professores, direção, supervisão, orientação, profissionais administrativos que atuam na escola, pais, mães e outros responsáveis pelos alunos.

Batista e Mantoan (2006, p.24) afirmam que:

A escola (especial e comum) ao desenvolver o Atendimento Educacional Especializado deve oferecer todas as oportunidades possíveis para que nos espaços educacionais em que ele acontece, o aluno seja incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente. Assim, ele pode trazer para os atendimentos os conteúdos advindos da sua própria experiência, segundo seus desejos, necessidades e capacidades. O exercício da atividade cognitiva ocorrerá a partir desses conteúdos.

O importante também é refletir sobre o papel do professor. Batista e Mantoan (2006, p.17-18), ao tratarem de Atendimento Educacional especializado para Deficiente Intelectual, argumentam que:

O professor [...] prepara atividades diversas para seus alunos (com e sem deficiência mental) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. Essas atividades não são graduadas para atender a níveis diferentes de compreensão e estão disponíveis na sala de aula para que os alunos as escolham livremente, de acordo com seus interesses.

Desta maneira, todos os alunos são sujeitos da aprendizagem. Não cabe ao professor definir o que o aluno aprende muito menos o professor de AEE dar aulas de reforço para os alunos da escola regular.

Glat (1985) diz que em geral, a criança deficiente mental não consegue aprender o mesmo conteúdo que as outras absorvem por si sós, ou por métodos de ensino tradicionais.

Esse novo olhar que está voltado para a educação aposta e acredita na autonomia dos educandos. Requerendo, portanto, envolvimento de todos os interessados pela educação para que este processo possa ser desenvolvido.

Nesse processo, é importante mencionar as palavras de Freire (2010, p.77, 113):

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade [...]. Somente quem escuta pacientemente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com é falar impositivamente.

As salas de A.E.E devem estar interligadas com o ensino regular, com as atividades diferenciadas das de salas de aula, já que é uma oferta obrigatória dos sistemas de ensino.

Com a Resolução do Conselho Nacional de Educação, CNE/CEB n. 02/2001, que expõe as diretrizes para a educação especial em âmbito nacional, definiu-se que o atendimento aos alunos com necessidades especiais "deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica" (BRASIL, 2001, p.3). Devendo ser realizado no período contrário do de seu período de aula, e de preferência na sua própria escola onde já estuda, ou em uma mais próxima.

Como está previsto na LDBEN/1996 art. 59, 2º parágrafo: "o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas escolas comuns do ensino regular".

O atendimento realizado ao aluno com deficiência serve para que suas dificuldades sejam sanadas, onde será trabalhado a sua dificuldade especificamente, para que este possa ter um pleno desenvolvimento em sala de aula, onde suas dificuldades serão respeitadas e sendo trabalhadas suas potencialidades.

As ações desenvolvidas pelo professor da sala de aula do ensino regular e do professor que atua no atendimento educacional especializado devem estar articuladas e colaborar para o cumprimento da finalidade da educação, respeitando as particularidades de cada espaço escolar, fazendo deste espaço um ambiente de troca de informações com cada indivíduo.

Segundo Freire (2010) é necessário ao desenvolver a consciência de que homens e mulheres são seres históricos e inacabados, possibilitar a reflexão crítica permanente das práticas e do aprender quando se ensina.

Alguns alunos com deficiência intelectual apresentam dificuldades na construção de conceitos e abstrações, necessárias para o desenvolvimento cognitivo. Sendo que essa dificuldade reflete diretamente na construção do conhecimento escolar e é neste ponto que o AEE deve se focar.

Para que ocorra o processo de ensino aprendizagem, é necessário transformar as práticas educacionais, trabalhando com as suas potencialidades, caso contrário trabalhando com um ensino tradicional só reforçará a deficiência deste aluno.

Quando o aluno possui deficiência intelectual, a acessibilidade e o trabalho na sala

de recursos não dependem de suportes tecnológicos externos ao sujeito, ao contrário, a principal ferramenta de suporte é o próprio trabalho do professor, que deve estruturar sua ação tendo em vista estratégias para que o aluno saia de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem, para uma postura de participação ativa no processo de construção do conhecimento.

O Atendimento Educacional Especializado para tais alunos deve, portanto, privilegiar o desenvolvimento e a superação de seus limites intelectuais e para isso é preciso que se deixe de focar em atividades que trabalhem apenas o concreto e passe a ampliar suas possibilidades trabalhando também com conceitos abstratos.

No espaço do AEE, os alunos devem trabalhar com conteúdos, situações e atividades distintas aos aplicados em sala de aula do ensino regular, mas que sejam fundamentais para que ele supere as dificuldades impostas pela deficiência. Isso significa que, o espaço do AEE não deve ser utilizado como sala de reforço, ou sala de recuperação e sim como espaço de atendimento especializado.

Todos nós em algum momento do nosso dia nos deparamos em situações de planejamento, seja ele qual for, pois ele nos dá um norte, um rumo a seguir. Essa ação já está tão inserida em nossa vida que não conseguimos realizar algo sem fazermos planos, e na educação não é diferente. Moretto (2007, p.51) diz que: "[...] o professor precisa planejar suas estratégias pedagógicas, respeitando as características psicossociais e cognitivas de seus estudantes [...]".

O planejamento é um instrumento capaz de assegurar o diagnóstico das capacidades e dos conhecimentos prévios dos alunos, das metas e meios para a sistematização de aprendizagem e prática de ensino, dos instrumentos de avaliação do processo e da elaboração de novas estratégias para a solução de problemas encontrados durante o processo educacional. Planejar exige não só esforço do professor, mas também coletivo, envolvendo toda a equipe pedagógica da escola.

Para Libâneo, o planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto à sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino.

Sendo assim, o planejamento que o professor desenvolve em sala de aula é importante para que ele elabore a sua metodologia conforme o objetivo que ele descreveu para seus alunos, tendo adequação para as diversas turmas e havendo flexibilidade, caso seja necessário.

Sendo assim, o bom planejamento que o professor irá desenvolver em sala de aula, quando aliado a diversos recursos metodológicos (jogos pedagógicos, várias tipologias textuais, filmes, computador etc.) irá contribuir para que as aulas tenham bons resultados, onde os estudantes e professores sintam-se entusiasmados, e o conteúdo será mais agradável e facilitará a compreensão dos alunos.

Segundo Moretto (2007, p.52):

(...) Planejar, neste contexto assume um papel importante para o professor, pois um dos primeiros cuidados em seu planejamento é verificar a relevância do que está sendo proposto para aprendizagem, diante do contexto de seus alunos. Essa relevância advém do contexto social e sociocultural dos estudantes. Ao mesmo tempo em que o professor organiza a escolha de conteúdos relevantes, ele planeja estratégias pedagógicas que favoreçam uma aprendizagem significativa por parte dos alunos.

O planejamento para ser bem desenvolvido exige uma sequência lógica e servirá como uma orientação, estando aberta a novas práticas. Uma sequência coerente, e bem elaborada permitirá o bom desenvolvimento do educando na autonomia de pensamentos e também na capacidade de raciocinar, e isso só se dará a partir das atividades em que os alunos possam desenvolver ativamente os propostos na elaboração do planejamento.

Esse ato exige pesquisa, estudo, traçar planos a médio e longo prazo, levantamento de recursos humanos e materiais necessários à ação; tornando-se indispensável o planejamento por parte de todos os integrantes da escola, tendo a participação do gestor e educadores, que permitirão a quem planeja tornar-se conhecedor do projeto a ser executado.

Ao desenvolver um planejamento para alunos incluídos em sala de aula juntamente com os alunos ditos "normais", o professor deve tomar alguns cuidados, como conhecer a criança e sua família, para melhor saber quem estará em sua sala de aula; quais as atitudes a serem tomadas, para que melhor esta criança se desenvolva em sala de aula; orientar-se dos materiais específicos que este aluno irá necessitar em sala de aula.

Além das informações obtidas com a família desta criança, o professor também poderá procurar o professor da sala de atendimento educacional especializado, pois este também deverá ter informações importantíssimas sobre o aluno, em seu processo educacional.

Além de o professor adaptar o currículo às circunstâncias e à realidade de sua sala de aula, o planejar também é visto como um organizador e dimensionador de atividades que vai garantir a todos os alunos que avancem e coordenem os recursos existentes e o

tempo disponível para executá-la.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho investigou, através de entrevistas, as implicações existentes entre a inclusão dos alunos com deficiência intelectual, e o planejamento dos professores, no qual visou conhecer como a ação de planejar acontece entre o professor da sala de aula regular, juntamente com o professor da sala de recursos no ambiente escolar.

Os autores afirmam que a inclusão irá beneficiar os alunos com deficiência intelectual se as escolas estiverem abertas e totalmente preparadas para recebê-los. Pensando nessa perspectiva as escolas deverão revisar seus conceitos, realizando mudanças significativas para acolher a todos, com os mesmos direitos, e igualdade, onde os alunos aprenderão naturalmente a conviver com a diversidade.

Foi possível perceber que ainda faltam algumas mudanças no ambiente escolar, no que diz respeito à forma de planejamento entre os professores, no preparo para atingir os alunos incluídos, e suas dimensões, com o objetivo de levar para dentro das salas de aula um conhecimento mais competente, trazendo melhores condições para que aconteça uma inclusão verdadeira e significativa.

O professor deverá ser um mediador entre o aluno e o conhecimento, devendo criar situações para a aprendizagem, provocando um desafio intelectual, utilizando-se principalmente das relações afetivas que se desenvolvem através da convivência diária, e da construção de novas habilidades e significações.

Conhecendo bem seus alunos, o professor poderá organizar situações afetivas de aprendizagem, e, sobretudo, de interagir com eles, ajudando-os a elaborar hipóteses pertinentes a respeito dos conteúdos, por meio de constante questionamento das mesmas.

Há a necessidade de um empenho de toda a equipe escolar, no ensino regular, para que o planejamento seja efetivado, com objetivo de aprendizagem dos conteúdos que requeiram mais tempo, para que estes alunos com necessidades educativas aprendam, e para que todos os alunos se apropriem do conhecimento.

Conclui-se que a escola ainda está se preparando para as diferenças individuais, ainda temos uma escola classificatória, que quando não exclui por meio de reprovações, exclui pela não aprendizagem que ocorre.

Para que a aprendizagem significativa passe do discurso e para a interação entre o processo de ensino e o de aprendizagem, o educador não deve deter-se apenas em codificar sua mensagem, mas torná-la compreensível para o aluno.

Muito ainda tem que se avançar a fim de que sejam assegurados os direitos emanados da Constituição quanto à educação de qualidade a todos os cidadãos, independentemente se forem eles deficientes intelectuais, ou não.

Mas há um ponto bem positivo, os educadores têm uma vontade enorme para que essa inclusão aconteça verdadeiramente, buscam melhoramento em seu profissional, buscam ajuda de pessoas que possuem um conhecimento mais abrangente sobre o assunto e, principalmente, acreditam no aluno que está inserido no ambiente escolar, investindo em sua capacidade de desenvolvimento. Só assim consegue-se chegar à verdadeira inclusão escolar, mesmo andando em passos lentos.

O presente trabalho contribuiu para um aprimoramento profissional e levou a repensar a ação pedagógica frente ao aluno deficiente intelectual, conhecendo assim, a maneira com que é realizado o planejamento escolar; mesmo observando que esta ação de planejar juntos, ainda não acontece de modo estruturado e organizado.

Acredita-se que os resultados deste estudo possam contribuir de alguma maneira, com as discussões atuais, em torno da temática sobre a inclusão do deficiente intelectual no ensino regular; bem como a elaboração do planejamento integrado dos profissionais envolvidos com esses alunos.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Angelo. Aluno excluído do sistema público de ensino: a identidade em construção. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação. PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. Disponível em:

<http:www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em 26 abr. 2023.

AEE Atendimento Educacional Especializado (2008) Versão em HTML <http://74.125.47.132/search?q=cache:bp4swxabGEAJ:www.asiguatu.org.br/component /rubberdoc/doc/3/raw+ATENDIMENTO+EDUCACIONAL+ESPECIALIZADO+para+pess oas+surdas&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 26 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho

de 1990.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 41 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. Pedagogia da Esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, Neli Klix, O direito de ser em educação: um olhar sobre as diferenças e sobre a história da l e - gislação. Disponível em: <http://www. revistas.ufg.br/index.php/interação/article/ viewfile/3065/3082> Acesso em 26 abr. 2023.

GLAT, R. Inclusão Total: mais uma utopia? Revista Integração. Brasília, ano 08, nº 20, 1998. p. 26-28.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para que? São Paulo: Cortez,1998.

MACEDO, L. de. A questão da Inteligência: todos podem aprender? In: KOHL, M. L., SOUZA, D. T. R., e REGO, T. C. (orgs.) Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002a. p.117-134.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2º Ed. São Paulo. Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Egler, "A Inclusão Escolar de Deficientes Mentais: contribuições para o debate". Revista Integração, Brasília, ano 07, n.19, 1997 p.5057.

MANTOAN, Maria Teresa E, Inclusão. São Paulo: Edições Científicas, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MORETTO, Vasco Pedro. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Luciana Monteiro do- Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). Educação Especial. Indaial: Ed. ASSELVI, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença. VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 1995.

SMOLKA, A.L.B. A atividade de leitura e o desenvolvimento das crianças: considerações sobre a constituição de sujeitos leitores. In: SMOLKA, A.L.B. et.al. Leitura e desenvolvimento da linguagem. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989, p.46

WINNICOT, D.W. Moral e Educação. O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.